às obrigações acessórias a que se sujeitam os prestadores de serviço de transporte, como sequem:

- 1 a alínea "a" trata da possibilidade de concessão de regime especial para emissão de documento fiscal englobando período mensal de prestação de serviços de transporte de pessoas com características urbanas ou metropolitanas;
- as alíneas "b" a "j" implementam regras relativas à destinação de vias dos conhecimentos de transporte respectivos, quando a contratação se dê com cláusula "CIF", hipótese em que o remetente é o tomador do serviço;
- 3 a alínea "l" traz regra para definir que a faculdade para a utilização do "Despacho de Transporte" em operações interestaduais somente se aplica a contribuintes inscritos neste Estado;
- 4 a alínea "m" estende ao transportador de passageiros estabelecido fora do território paulista e não inscrito neste Estado, o regime de pagamento do imposto antes do início da prestação mediante guia especial de recolhimen-

O artigo 3º da inclusa minuta de decreto cuida de alteração da lista de produtos semi-elaborados, anexa ao Decreto nº 29.855, de 26 de abril de 1989, estabelecendo novo percentual de tributação para o produto "óleo de rícino em bruto" de acordo com o convênio ali reporta-

O artigo 4º da proposição prorroga o prazo para recolhimento da parcela do imposto retido antecipadamente nas operações realizadas meses de março, abril e maio do corrente ano, com petróleo e seus derivados e demais lubrificantes e combustíveis, relativamente aos produtos cujos preços de venda ao consumidor não são fixados pelo Conselho Nacional do Petróleo - CNP.

Finalmente, o artigo 5º da minuta prevê o termo inicial de vigência dos novos dispositivos.

Com estas ponderações, proponho a Vossa Excelência a edição de decreto, nos termos da minuta que ofereco.

Reitero meus protestos de elevada estima e distinta conside

JOSÉ MACHADO DE CAMPOS FILHO

Excelentíssimo Senhor Doutor ALMINO AFFONSO Dignissimo Vice-Governador do Estado Palácio dos Bandeirantes CAPITAL

### **DECRETO N.º 30.043. DE 9 DE JUNHO DE 1989**

Ratifica convênios celebrados nos termos da Lei Complementar n.º 24/75, de 7 de janeiro de 1975, hem como aprova Convênios e Ajustes Sinief

ALMINO AFFONSO, Vice-Governador, em exercício no cargo de Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 4.º da Lei Complementar n.º 24/75, de 7 de janeiro de 1975,

## Decreta:

Artigo 1.º — Ficam ratificados os Convênios ICMS n.ºs 49/89 a 51/89, 54/89 a 56/89, 58/89 a 64/89 e 66/89 a 70/89 celebrados em Brasília-DF, em 29 de maio de 1989, publicados no Diário Oficial da União de 31 de maio de 1989, cujos textos são reproduzidos em anexo a este decreto.

Artigo 2.º — Ficam aprovados os Convênios ICMS 53/89 e 65/89 e os Ajustes Sinief n.ºs 3/89 a 7/89, também celebrados em Brasília-DF, em 29 de maio de 1989 e publicados no Diário Oficial da União de 31 de maio de 1989, cujos textos são reproduzidos em anexo a este decreto.

Artigo 3.º — Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 9 de junho de 1989 **ALMINO AFFONSO** 

José Machado de Campos Filho, Secretário da Fazenda

Roberto Valle Rollemberg, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 9 de junho de 1989.

AJUSTE SINIEF NO 03, DE 29 DE MAIO DE 1989

Concede centralização de escrituração, apuração e pagamento do ICMS.ã Empresa Brasileira de Correios e Telagráfos - ECT.

O Ministro da Farenda e os Secretários de Farenda ou Finanças dos Estados e do Distrito Federal, na 56a. Reunião Ordinária do Conse lho de Política Farendária, realizada em Brasília,DF, no dia 29 de maio de 1989, tendo em vista o disposto no artigo 199 do Código Tributário Nacional, resolvem celebrar o seguinte

## AJUSTE

Cláusula primeira - Ficam os Estados e o Distrito Federal auto rizados a concader inacrição única à Empresa Brasileira de Correios à Telegráfos - ECT na sede das Directorias nos Estados e no Distrito - Federal, para efeito de escrituração, apuração e pagamento do ICMS. Cláusula segunda - Este Ajuste entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial de União.

Altera dispositivos do Convênio SINTEF 06/89, de 21.02.89.

O Ministro de Parenda e os Secretários de Parenda ou Financas dos Estados e do Distrito Federal, na 56s. Reunião Ordinária do Conselho de Política Fazendária, realisada em Brasilia pr. no dia 2) de maio de 1985, tendo em vista o disposto no artigo 199 do Código Tributário Nacional, resolvem celebrar o seguinte.

IX - Bilhete de Passagem Aquaviário, modelo 13: SUBSEÇÃO III DO CONHECIMENTO DE TRANSPORTE AQUAVIÂRIO DE CARGAS

Art. 22 - O Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9 será utilizado pelos transportadores aquaviários de cargas que executarem aerviços de transporte intermunicipal, in terestadual e internacional de cargas. 

Aquaviario de Cargas"

VIII - o porto de embarque;
IX - o porto de desembarque;
IX - o porto de medida en quilograma (kg),
metro cúbico (m3) ou 15 30 - O Conhecimento de Transporte Aquaviá
rio de Cargas aerá de tamenho não inferior a 21,0 x 30 cm.

Art. 24 - O Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas será emitido antes do início da prestação de aerviço.
Art. 25 - Na prestação de serviço de transporte aqua viário, para destinatário localizado no mesmo Estado, será emitido o Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cergas, no mínimo, em 4 (quatro) vias, que terão a seguinte destinação:

Art. 26 - Na prestação de serviço de transporte aqua viário, para destinatário localizado em outro Estado, será emitido Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, no mínimo em 5 (cinco) vias, que terão a asguinte destinação:

Art. 27 - Nas prestações internacionais poderão ser exigidas tantas vias do Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas quantas forem necessárias para o controle dos demais órgãos fiscalizadures.

Art. 28 - Mo transporte internacional o Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas poderá ser redigido en lingua es transaira, bem como os valores serem empressos em moeda estrangeira, segundo acordos internacionais.

SUBSECÃO VIII

DO BILHETE DE PASSAGEM AQUAVIÁRIO

14, será utilizado pelos transportadores que executarem transporte aquaviário intermunicipal, interestadou e internacional de passa.

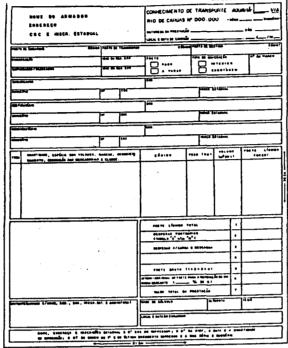
rio Art. 49 - O Bilhete de Passagem Aquaviár de Art. 49 - O Bilhete de Passagem Aquaviário será emitido antes do início da prestação do servico.

Parágrafo único - Mos casos em que houver excesso de bagagem, as empresas de transporte aquaviário de Passageiros emitirão Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9, pg. ra soobertar o transporte da bagagem.

Art. 50 - O Bilhete de Passagem Aquaviário será emitido, no mínimo em 2 (duas) vias, que terão a seguinte destinação:

Cláusula segunda - Este Ajuste entra em vigor na data do sua publicação no Diário Oficial da União.

### Modelo 9



### Modelo 14

Endereco: CGC:	Ins	c.Estadus]:
	BILHETE DE PASSA	GEM AQUAVIARIO
NY:	Série/subsérie	
De:	1	are:
Linhe:	Prei	ixo:
Data viagem	Agência	Discriminação Valores NacS
		Tarifa
Нотетіо	Data viagem	Seguro
	Agente	Outros
Poltrons		Total da prestação
O passaceiro	guardará este bi	lhete para fins de fiscalizaça Batagual e no CGC de empresa impressore:

# AJUSTE SINIEF NO 05, DE 29 DE MAIO DE 1989

Acrescenta código númerico ao artigo 86 do SINIEF.

O Ministro da Fazenda e os Secretários de Fazenda ou Fi anças dos Estados e do Distrito Federal, na Séa Reunião Ordinária o Conselho de Política Fazendária, realizada em Brazilia,FF, no die 9 de maio de 1989, tendo em vista o disposto no artigo 199 do Códi-Stributário Nacional, resolvem celabrar o Seguinte

Cláusula primeira - Fica acrescentado o código númerico 29 (vinte e nove) ao artigo 86 do Convênio que instituiu o SINIEF,ce lebrado em 15 de dezembro de 1970, para efeito de identificação do Estado do Tocantina, criado pelo artigo 13 do Ato das Disposições Transitórias de Constituição Federal.

Cláusula segunda - Este Ajuste entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da Unio.

## AJUSTE SINIEF NO 06, DE 29 DE MAIO DE 1989

Dá nova rédação ao inciso V do artigo 60 do Convênio SINIEF 06/89, de 21.02.89.

O Ministro da Fazenda e os Secretários de Fazenda ou Finan ças dos Estados e do Distrito Federal, na 56a. Reunião Ordinária do Conselho de Política Fazendária, realizada em Bramília.DF, no día 2 m Braxilia,DF, no dia 29 no artigo 199 do Código Tr<u>i</u> de maio de 1989, tendo em vista o disposto no butário Nacional, resolvem celebrar o seguinte

## THE PROPERTY OF THE

Cláusula primeira - Passa a vigorar com a seguinte redação o inciso V do artigo 60 do Convênio SINIEP 06/89, da 21 de fevereiro de 1989:

1989: "V - as datas da leitura e da emissão;" Clâusula segunda - Este Ajuste entra em vigor na data de sua publicação:no Diário Oficial da União.

## AJUSTE SINIEF NO 07, DE 29 DE MAIO DE 1989

Acrecenta parágrafo sos artigos 17 e 60 do Convênio SINIEF 06/89, de 21.02. 89.

O Ministro da Perenda e os Secretários de Paxenda ou Pinan ças dos Estados e do Distrito Pederal, na 56a. Reunião Ordinária do Conselho de Política Fatendária, realizada em Brasília, Dr. no dia 29 de maio de 1989, tendo em vista o disposto no artigo 199 do Código Tri butário Nacional, resolvem celebrar o seguinte

Cláusula primeira - Fica acrescentado parágrafo quarto ao artigo 17 do Convênio SINIEF 06/89, de 21 de fevereiro de 1989, com a seguinte redeção:

"§ 40 - No transporte de carga fracionada, assim entendida a que corresponde a mais de um Conhecimento de Transporte, as indicações do inciso X e do § 30 serão dispensadas, desde que sejam mencionadas em

manifesto de carga que discrimine ao sotas riscais e os connecimentos de transporte."

pe transporte."

Cláusia segunda - Pica acrescentado parágrafo sexto ao artigo 60 do Convénio SINIEP 06/89, de 21 de fevereiro de 1989, cos a seguinte redação: go 60 do Convēnio SIMIEP 06/89, de 21 de fevereiro de 1989, com a seguinte redação:

"\$60 - Quando for contratada complementação de trans
porte por sapresa estabelacida em Estado diverso da execução do serví
ço, a la via do documento, apés o transporte, será enviada à empresa
contratante, para efeitos de apropriação do crédito do imposto retido."
Cláusula tercoira - Este Ajuste entra em vigor ma data
sua publicação no Diário Oficial de União.

### CONVENÍO ICHS NO 49, DE 29 DE MAIO DE 1989

Concede redução de base de câl-culo nas saldas interpas de Ge-rivados de petrêleo.

O Ministro da Faxenda e os Secretários de Paxenda ou Finan-cas dos Estados e do Distrito Federal, na 56s. Reunião Ordinária do Conselho de Política Fazendária, realizada em Brasilia, Df. no dia 29 de maio de 1989, tendo em vista o disposto na Lei Complementar no 24, de 07 de janeiro de 1975, resolyem celebrar o seguinte

Cláusula primeira - Acordam os Estados e o Distrito Federal em conceder redução da base de cálculo do ICAS nas saídas internas dos produtos a seguir arrolados, de tal forma que a incidência do imposto resulta nos porcentuais indicados:

II - de óleo disesi, 12%;
III - de gásolina e querosene de aviação, 10%; e
III - de gás liquefesto de petróleo, de natta para geração de gás e de afata, 6%;
Cláusula segunda - Este Convênio entra em vigor na dete de sua ratificação nacional, produzindo efeitos de 10 de junho a 31 de agosto de 1989.

### CONVENIO ICHE NO 50, DR'29 DE MAIO DE 1989

Estende aos Estados de Goián e do Rio Grande do Sul a autorização contida no Convenio ICMS 31/89, de 24 de abril de 1989.

O Ministro de Fazenda e os Secretários de Fazenda ou Finanças dos Estados e do Distrito Pederal, na 56a. Reunião Ordinária do Conse lho de Política Fazendária, realizade em Brasília,pr. no dia 29 de maio de 1989, tondo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de jameiro de 1975, resolvem cualebrar o seguinte

Cláusula primeira - A autorização concedida aos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, pelo Convênio ICHS 31/89, de 24 de abril de 1989, fica estendida aos Estados de Golãs e do Rio Grande do Sul, nas condições ail estipulauma.

Cláusula esquada - Este Convênio entre em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional, produrindo efeitos a partir de 10 de junho de 1985.

# CONVÊNIO ICHS NO 51, DE 29 DE MAIO DE 1989

Autoriza os Estados que meuciona a re-durir a base de câlculo do ICHS mas sel das internas das mercadorias classifi-cadas nas occicões 33.05.10.0100 e .33 07.20.0300 NBM/GR.

O Ministro de Parenda e os Secretários de Parenda ou Fi-nancas dos Estados e do Distrito Faderal, na 56a. Reunião Ordinária do Conselho disolitica Fasendaria, realizada em Brasilia.DF, no dia 29 de maio de 1001 tendo em vista o disposto na Lei Commismentar no 24, de 07 de ianeio, de 1973, resolvem calebrar, o seguinte

### CONVENIO

Cláusula primeira - Ficam os Estados de Santa Catarine ,
Parana, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Mato Grosso do
Sul mutorizados a reduzir a base de cáleculo no ICMS nas saídas inter
nas das mercadorias colassificadas nas nosições 13.05,10.0100 e
31.07,20.0100 NBN/SH, de tal dorma que a incidência do imposto resul
te na amilicació do nercentual de 174.

Cláusula segunda - Este Convânio entra em vigor na data
da publicação de sua ratificação nacional, produzindo efeitos a partir de 19 de maio de 1989.

## CONVÊNIO ICHE NO 53, DE 29 DE MAIO DE 1989

Alters a denominação da Comissão Técnica Permanente do ICM-COTEPE/ ICM.

O Ministro da Faxenda e os Secretários de Faxenda ou Finado Conselho de Política Fatendaria, na 36a. Reunião Ordinária do Conselho de Política Fatendária, realizada em Brasilia,DF, no dia 29 de maio de 1989, tendo em vista o disposto na Lei Complementar no 24, de 07 de jameiro de 1975, resolvem celebrar o sequinte

## CONVENIO

Clăusula primeira - A Comissão de que trata o item I, do artigo 39 do Regimento do Conselho de Política Pazendária, aprovado pelo Convēnio INO 00/5, de 15, de abril de 1975, passa a denominar-se Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, Cláusula segunda - Este Convēnio entra em vigor na data de sua aprovação.

## CONVÊNIO ICMS NO 54, DE 29 DE MAIO DE 1989

Concede redução de base de cálculo na prestação de ser viço de transnorte sereo.

O Ministro da Fazenda e os Secretários de Fazenda ou Finanças dos Estados e do Distrito Faderal, na 56a. Reunião Ordinária do Conselho de Política Fazendaria, realizada em Brasilia,DF, no dia 23 de maio de 1985, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de jansiro de 1975, resolvem celebrar o seguinte

Cláusula primeira - Acordam os Estados s o Distrito Federal em conceder redução de base de cálculo do.ICMS aos estabelecimentos prestadores de serviço de transporte sêreo, de forma que a carga tributaria resulte no percentual efetivo de 69.

Cláusula segunda - A redução de base de cálculo será eplicada opcionalmente pelo contribuinte em substituição ao sistema de tributação previsto na legislação stual.

Parâgrafo único - O contribuinte que optar pelo bene fício previsto na Cláusula anterior não poderá utilizar créditos fiercais relativos a entradas tributadas.

Cláusula terceira - Fica revogado o Convênio ICM 31/69.

Cláusula quarta - Este Corvênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional, produzindo gieitos quanto sos fatos geradores ocorridos de 10 de junho atí 31 de desambro de 1999.

Dispõe sobre a concessão de isenção na importação de mercadorias doadas por palses ou organizações internacionais para distribuição gratuita.

O ministro de Fazenda e os Secretários de Fazenda ou Pi-manças dos Estados e do Distrito Federal, no 56a. Reunião Ordinária do Conselho de Política Fazendária, realizada em Brasilia,DP, no dia 29 de maio de 1989, tendo em vista o disposto na Lei Complementar no 24, de 07 de janeiro de 1975, resolvem celebrar o seguinte

## CONVENTO

Cláusula primeira - Picam os Estados e o Distrito Federal autorizados a isentar do ICMS as entredas decorrentes de importação de mercadorias doedas por organizações internacionais ou estran geiras ou países estrangeiros para distribuição gratuits em programplementados por instituição educacional ou de assistência social relacionados com suas finalifades essenciais. Cláusula segunda - Este Convênto entra sm vigor na dat da publicação de sua estificação nacional, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 1989.

## CONVENIO ICHE NO 56, DE 25 DE NAIO DE 1989

Altera o prazo previsto na Clausula teg ceira do Convento IDM 08/89.

O Ministro de Fazenda e os Secretários de Fazenda ou Fináncese dos Estados e do Distrito Federal, na 56: Raunião Ordinária do Conselho de Política Fazendafria, realizada em Erasilia, Dr., no dis 23 de maio de 1989, tando em vista o disposto na Lei Cumplementar pr 24, de 07 de janairo de 1985, resolvem celebrar o seguinto.

Cláusula primeira - O prazo indicado na Cláusula ter ceira do Convênio MN 00/89, de 21 de fevereiro de 1989, fica alterado para 30 de setembro de 1989. Cláusula segunda - Este Convênio entre em vigor ne de ta da publicação de sua ratificação nacional.